MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2011
Prova B2

Nro. Inscrição:

Parte I – Prova Objetiva

1. **Assinale a alternativa correta:**
a) só o autor da infração penal pode ser apenado, mas a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores, até o limite do valor transferido.
b) no ordenamento jurídico brasileiro, o Presidente da República pode editar medidas provisórias para definir ilicitudes em situações de urgência.
c) uma lei penal mais favorável ao réu não pode retroagir.
d) a aplicação do Princípio da Insignificância, embora implique na não imposição de pena, não torna a ação ou omissão atípicas.

2. **É correto afirmar que:**
a) são crimes preterdolosos aqueles em que a ação causa um resultado menos grave do que o pretendido pelo agente.
b) são crimes impróprios os crimes que exigem sujeito especial ou qualificado.
c) são crimes de mãos própria aqueles que têm que ser praticados pessoalmente pelo agente.
d) são crimes permanentes os que se consumam com mais de uma conduta, que se prolongam no tempo até quando queira o agente.

3. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade na administração e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
b) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
c) enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.
d) nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República será submetido a julgamento se a acusação for admitida por dois terços dos membros do Senado Federal.contado apenas a partir da consumação do crime.

4. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) são efeitos da condenação, dentre outros: a revogação facultativa ou obrigatória do livramento condicional; a perda em favor da União, dos instrumentos do crime, desde que apreendidos após autorização judicial.
b) a reabilitação é medida político-criminal com o objetivo de inserir socialmente o condenado, garantindo o sigilo de seus antecedentes.
c) o arrependimento posterior não constitui causa extintiva de punibilidade ou hipótese de atipicidade da conduta, mas sim causa obrigatória de redução de pena.
d) consubstanciam agravantes no caso de concurso de pessoas, dentre outras: quando o agente coage ou induz outrem à execução material do crime e quando alguém executa o crime mediante paga ou promessa de recompensa.

5. **A suspensão condicional da pena privativa de liberdade - sursis - em regra cai sobre pena não superior a dois (2) anos. Excepcionalmente, poderá recair sobre pena superior, não excedente, porém, a quatro (4) anos. Isso se verifica, quando:**
a) o condenado for semi-imputável;
b) o condenado reparou integralmente o dano proveniente do crime;
c) o condenado for menor de vinte e um (21) anos de idade;
d) o condenado for maior de setenta (70) anos de idade.

6. **Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:**
a) a representação na ação penal pública pode ser oferecida por qualquer pessoa que tenha conhecimento do fato criminoso.
b) após o oferecimento da denúncia, a representação só poderá ser retratada com aceitação do acusado.
c) a Ação penal privada obedece o princípio da disponibilidade, pois permite-se a renúncia e o perdão.
d) a requisição do Ministro da Justiça obriga a propositura da Ação penal pública pelo Ministério Público.

7. **São requisitos à suspensão da execução da pena privativa de liberdade, dentre outros:**
a) quando a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizarem a concessão do benefício, e desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso.
b) que o réu tenha sido condenado às penas restritivas de direito, e desde que tenha mais do que 70 (setenta anos) de idade, situação que é denominada na doutrina como sursis etário.
c) que a pena aplicada não seja superior a três anos de reclusão, e desde que o condenado não seja reincidente.
d) quando for indicada a substituição das penas privativas de liberdade em restritivas de direito.

8. **No que tange aos regimes penitenciários da pena de reclusão e detenção, é inválido dizer que:**
a) Sendo imposta ao acusado pena superior a 8 anos, a pena deve ser cumprida, inicialmente, em regime fechado.
b) Se o condenado for reincidente, a pena deve ter início em regime fechado, não importando a quantidade da pena imposta.
c) Se a pena for superior a 4 anos, o início da pena de detenção deve ser em regime semi-aberto.
d) Se a pena for igual ou inferior a 4 anos a pena deve ser cumprida, inicialmente em colônia penal agrícola, industrial ou em estabelecimento similar.
9. **Qual das causas abaixo relacionadas não interrompe o curso da prescrição?**
a) decisão de pronúncia;
b) sentença condenatória recorrível;
c) início ou continuação do cumprimento da pena;
d) oferecimento da denúncia ou da queixa.
10. **Reconhece-se a ocorrência de concurso material quando:**
a) Quando há concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.
b) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão pratica dois ou mais crimes idênticos ou não, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
c) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada em qualquer caso, de 1/6 (um sexto) até ½ (metade).
d) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
11. **O reconhecimento de filho**
a) pode ser revogado, quando feito por testamento.
b) pode ser feito apenas durante a vida do filho.
c) depende do consentimento do filho, quando este for maior.
d) havido fora do casamento permite que ele resida no lar conjugal, independentemente do consentimento do outro cônjuge
12. **Assinale a alternativa INCORRETA:**
a) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.
b) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa da sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
d) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos causado ao coacto.
13. **São pessoas jurídicas de direito privado:**
a) a União
b) as autarquias
c) os Estados estrangeiros
d) as fundações.
14. **Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:**
a) não corre a prescrição pendendo condição suspensiva.
b) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, após ouvido o Ministério Público.
c) a prescrição somente pode ser alegada, pela parte a quem aproveita, até a prolação da sentença em 1º grau de jurisdição.
d) não corre a prescrição estando vencido o prazo.
15. **A prescrição:**
a) não corre em relação aos relativamente incapazes.
b) iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
c) pode ter seus prazos alterados por acordo entre as partes.
d) tem seu prazo suspenso quando pender protesto cambial.
16. **Marque a alternativa INCORRETA:**
a) o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência do fato constitutivo do direito alegado pelo autor.
b) não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de veracidade.
c) as provas devem ser produzidas em audiência, salvo disposição especial em contrário.
d) todos os meios legais, e os moralmente legítimos, mesmo não previstos em lei, são hábeis a provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa.
17. **Assinale a alternativa correta:**
a) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido.
b) Há continência de ações quando há identidade de pedido e de causa de pedir.
c) A competência, em razão do território, poderá ser modificada pela conexão ou continência.
d) O foro de eleição não obriga os herdeiros e sucessores.
18. **Sobre o tema "CITAÇÃO" marque a alternativa INCORRETA:**
a) A citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado para o fim de se defender.

b) Comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade decorrente da ausência de citação, sendo a nulidade acolhida e decretada, considerar-se-á feita a citação na data deste comparecimento.
c) Não poderá ser feita a citação a quem estiver assistindo a qualquer culto religioso, salvo para evitar perecimento de direito.
d) O comparecimento espontâneo do réu supre a falta de citação, que é indispensável para a validade do processo.

19. **Marque a alternativa INCORRETA:**
a) As provas, na audiência de instrução e julgamento, serão produzidas na seguinte ordem: o juiz tomará o depoimento do autor e do réu; em seguida serão inquiridas as testemunhas; por fim serão ouvidos o perito e os assistentes técnicos.
b) A audiência poderá se adiada por acordo entre as partes, por apenas uma única vez.
c) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e ao do réu para o debate oral que, dependendo da complexidade da causa, poderá ser substituído por memoriais escritos.
d) Encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz proferirá a sentença desde logo ou no prazo de 10 (dez) dias.

20. **Marque a alternativa correta:**
a) a contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas, sendo a reconvenção processada em apenso aos autos principais.
b) uma ação é idêntica a outra quando tem as mesmas partes, o mesmo pedido e é processada no mesmo juízo.
c) presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados pelo réu em sua contestação, salvo se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considerar da substância do ato.
d) o ônus da impugnação especificada dos fatos aplica-se também ao advogado dativo.

21. **As corretas designações dos integrantes do Ministério Publico Federal são:**
a) Promotor de Justiça e Procurador de Justiça
b) Procurador Regional Eleitoral e Promotor Eleitoral
c) Procurador do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e Subprocurador-Geral do Trabalho
d) Procurador da República, Procurador Regional da República e Subprocurador-Geral da República

22. **São princípios institucionais do Ministério Público, previstos no artigo 127, § 1º da Constituição Federal (CF):**
a) unidade e indivisibilidade
b) autonomia funcional e administrativa
c) elaboração de sua proposta orçamentária
d) promotor natural

23. **A respeito do Ministério Público Brasileiro é correto dizer que:**
a) há simetria da carreira com a magistratura, inclusive as prerrogativas similares
b) abrange o Ministério Público da União, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público dos Estados
c) é órgão do Poder Executivo
d) tem por função institucional exercer o controle interno da atividade policial

24. **A participação do Ministério Público é obrigatória quando o processo tratar de assunto em que haja:**
a) interesse público ligado à qualidade de uma das partes
b) interesse exclusivamente particular
c) direitos individuais
d) interesses sem danos ou repercussão no meio social

25. **Não são instrumentos extrajudiciais de atuação do Ministério Público Federal (MPF):**
a) termo de ajustamento de conduta
b) audiências públicas
c) recomendações
d) portarias

26. **Quanto às garantias dos magistrados, podemos afirmar que:**
a) a vitaliciedade é adquirida após um ano de exercício, impedindo definitivamente que o juiz perca seu cargo.
b) a inamovibilidade do juiz pode ser afastada por motivo de interesse público, por decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
c) a vitaliciedade é adquirida após dois anos de exercício, mas não impede que o juiz perca seu cargo por deliberação do tribunal a que estiver vinculado.
d) a inamovibilidade somente poderá ser afastada a pedido do próprio juiz, que deverá ser deferido por decisão por voto de dois terços do Conselho Nacional de Justiça.

27. **Em relação à competência legislativa privativa da União, prevista na Constituição da República de 1988:**
a)não é possível a promulgação de lei estadual a respeito de quaisquer matérias nela especificadas.
b) lei complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relativas a esta competência.
c) os Estados poderão editar normas suplementares, respeitando as normas gerais da União.
d) inexistindo lei federal, os Estados poderão exercer a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

28. **Não são direitos sociais, nos termos da Constituição da República de 1988:**
a) a saúde e o trabalho;
b) a moradia e o lazer;
c) a segurança e a previdência social;
d) a livre iniciativa e a livre concorrência

29. **O mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por:**

a) partido político com representação no Congresso Nacional;
b) organização sindical;
c) associação legalmente constituída independentemente do prazo de funcionamento (artigo 5º, inciso LXX, alíneas "a" e "b");
a)entidade de classe. ambiental
d) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País

30. **Sobre emenda constitucional, é incorreto afirmar que**
a) Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
b) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação de Poderes e a forma federativa de Estado.
c) a proposta de emenda pode-se dar por iniciativa popular, desde que esteja subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitoral nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados
d) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

31. **Compete privativamente à União legislar sobre:**
a) direito civil, direito tributário e serviço postal.
b) a)sistemas de consórcio e sorteios, direito financeiro, e trânsito e transporte.
c) direito processual, previdência social e produção e consumo.
d) desapropriação, propaganda comercial e direito do trabalho.

32. **O Presidente da República:**
a) somente poderá ser processado por crime comum e por crime de responsabilidade após o juízo de admissibilidade do Senado Federal
b) será submetido a julgamento perante o Senado Federal nos crimes de responsabilidade
c) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns
d) somente poderá ser processado por crime comum e por crime de responsabilidade após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados

33. **Com relação à intervenção federal:**
a) ela poderá ser decretada sempre que um Estado ou Distrito Federal suspender o pagamento de suas dívidas por mais de um ano.
b) a União poderá decretar a intervenção sobre Estado, Distrito Federal ou Município para manter a integridade nacional.
c) sua decretação dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal para garantir o livre exercício do Poder Judiciário no Estado ou Distrito Federal.
d) em qualquer das hipóteses previstas no artigo 34, o decreto de intervenção apenas suspenderá a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

34. **A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, dentre outros, à exceção de:**
a) igualdade entre os Estados;
b) defesa da paz;
c) dignidade da pessoa humana
d) concessão de asilo político.

35. **Não possui legitimidade universal para propor ação direta de inconstitucionalidade:**
a) a)o Procurador-Geral da República.
b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
c) Mesa do Senado Federal.
d) o Governador de Estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

PROVA B2

	A	B	C	D			A	B	C	D	
01	■				A	19	■				A
02			■		C	20			■		C
03				■	D	21				■	D
04	■				A	22	■				A
05				■	D	23	■				A
06			■		C	24	■				A
07	■				A	25				■	D
08				■	D	26		■			B
09				■	D	27		■			B
10		■			B	28				■	D
11			■		C	29	■	■	■	■	
12			■		C	30			■		C
13				■	D	31				■	D
14	■				A	32				■	D
15				■	D	33			■		C
16	■				A	34			■		C
17			■		C	35				■	D
18		■			B						

PROVA B – APLICADA EM 05 DE ABRIL DE 2011.

QUESTÃO ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS:
Prova B2 - Questão nº 29